

18/06/2019

Vida como valor absoluto: assim vivemos os Direitos Humanos

Maria Helena Barros de Oliveira

[Advogada. Vice Presidenta do Núcleo de Pesquisa em Gênero, Raça e Etnia NUPEGRE/EMERJ. Chefe do Departamento de Direitos Humanos e Saúde - DIHS/ENSP/FIOCRUZ]

Precisamos enfrentar algumas atrocidades que vêm ocorrendo em nossa sociedade e assumir que não podemos continuar convivendo com a barbárie e torná-la natural. Não faz parte de nossa humanidade, banalizar as atrocidades, as violências contra a vida.

Não é um fato natural as mortes que acontecem em nossos presídios, que de tempos em tempos ocupam as manchetes dos jornais e canais de televisão, para depois rapidamente desaparecerem de forma silenciosa, como se nunca tivessem acontecido.

Ouvimos, de modo corriqueiro e como se fosse a mais absoluta verdade, falas que proclamam que “Direitos Humanos é coisa de bandido”. Ou ainda, como se fosse uma frase qualquer dizer que “Direitos Humanos só serve para defender bandidos”. Afinal de contas do que estão falando, o que estão mesmo defendendo?

Seria a cruel e absoluta apologia da morte?

Do assassinato em massa, já que estamos falando de bandidos? Na verdade nossa sociedade está carregada desse sentimento cruel de que a vida de uma imensa maioria de pessoas não se trata de um valor absoluto e, que portanto, não deve ser defendida. A vida tem que ser preservada sob qualquer hipótese e sob qualquer circunstância. Afinal de contas somos um país que é um Estado Democrático de Direito. Entretanto, gostaria de refletir sobre de que vida estamos falando.

A história recente nos relata de forma cruel os bárbaros acontecimentos que vivenciamos nos presídios do Brasil. Uma breve retrospectiva nos coloca alarmantes números de mortes: em 1987, em São Paulo, na Penitenciária do Estado foram 31 mortos; no ano de 1989 registraram 18 mortos no Distrito Policial de São Paulo, em uma cela de 1m x 3m, onde foi lançado gás lacrimogêneo; no ano de 1992, no tristemente conhecido Massacre do Carandiru - São Paulo, foram 111 pessoas mortas; em 2002, no Presídio Urso Branco - Porto Velho/Roraima, foram registradas 27 mortes; no ano de 2004 31 mortos na Casa de Custódia de Benfica no Rio de Janeiro/RJ;

em 2013 no Complexo de Pedrinhas, no Maranhão registraram-se 18 mortos; em 2017 ocorrem massacres em vários Estados, como Amazonas - 67 - mortos a maioria no Complexo Penitenciário Anísio Jobim; em Roraima, na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, foram 33 mortos; na Paraíba 02 mortos; no Rio Grande do Norte, na Penitenciária de Alcaçuz - Nísia Flores, foram 26 mortos, de forma cruel, pois todos foram decapitados ou carbonizados; e, ainda, 02 mortos em Alagoas; já em 2018 temos 22 mortos no Complexo Penitenciário de Santa Isabel no Pará e, até hoje, junho de 2019 temos 55 mortos no Amazonas, o que dá para este estado a absurda soma de, em apenas dois anos, 111 pessoas mortas em presídios.

Esses números não representam a totalidade dos casos, porque como são vidas que nada significam para a sociedade, seu registro também não é feito de forma correta e exata. Também não tivemos aqui a preocupação de exaurirmos os dados. Eles simbolizam o descaso, a desvalorização da vida. Não se trata de uma questão quantitativa, e sim qualitativa. Uma vida deve ser defendida em sua magnitude. O quantitativo aqui só se soma aos horrores do descaso. Na verdade, trazer esses números só nos faz visualizar a morte silenciosa, de pessoas que são completamente invisíveis para a sociedade. Nem sequer número elas conseguem ser, simplesmente são corpos que desaparecem, como se nunca tivessem existido ou como se nunca tivessem sido humanos. A concretude da vida sem futuro.

Vale salientar que nestes absurdos números não estão incluídas as mortes por doenças que ocorrem pelas péssimas condições de isolamento a que estão submetidas essas pessoas. Pesquisas registram mortes onde são constatados emagrecimento excessivo, desnutrição, tuberculose, pneumonias e complicações decorrentes de infecções pulmonares, entre tantas outras causas de morte. Assim, não estamos falando dessas mortes, que também são produto do descaso. Gostaríamos apenas de refletir a partir desses números sob essa violenta realidade do descaso.

Cabe ao Estado proteger seus cidadãos, em todas as situações, principalmente quando os retira da sociedade e os coloca sob sua custódia. Assim, Direitos Humanos não é pejorativamente coisa de bandido e sim, a obrigação e o dever que temos que ter em relação à vida. Direitos Humanos são direito à vida, mesmo quando essa vida está sendo vivida em um cárcere. ■■■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.